



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 254D/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

OBJETO: Prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados.



PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 254D/2020

MODALIDADE LICITATÓRIA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

UNIDADE SOLICITANTE: Secretaria de Administração

OBJETO: Prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados.

DATA DA PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE: 04/01/2021

DATA DA RATIFICAÇÃO: 04 de Janeiro de 2021

DATA DA CONTRATAÇÃO: 04 de Janeiro de 2021

CONTRATADA: ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES CNPJ n. 06.697.594/0001-18

VALOR GLOBAL: R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2021

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Patrícia Oliveira de Jesus
MEMBRO

Manoel Cristian Santos Ramos
PRESIDENTE

Elmo Silva Ferreira
MEMBRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 254D/2020

OBJETO: Prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados.

AUTUAÇÃO

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de Dezembro de 2020, autuo o ofício requisitório da secretaria e os documentos que adiante se vê.

Manoel Cristian Santos Ramos
Presidente da Comissão



Buerarema, 21 de Dezembro de 2020

Senhor Prefeito,

Objetivando dar continuidade ao Plano de Trabalho desta gestão, solicitamos de Vossa Excelência a viabilidade financeira para prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados.

Na certeza de podermos contar com o atendimento ao pedido ora formulado, agradecemos.

Atenciosamente,


Isabele Jose dos Santos Neto
Secretário de Administração
Decreto 02/2017

Exmº. Sr.

Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira

DD. Prefeito Municipal de Buerarema

Nesta.



AO

SETOR CONTABIL

De acordo com a solicitação da Secretaria de Administração, determino que Vossa Senhoria informe quanto à existência de recursos orçamentários capazes de atender à respectiva despesa para prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados.

Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2020

Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira

Prefeito Municipal



Ao Gabinete do Prefeito

Informamos que existe disponibilidade orçamentária para atender as despesas referidas neste processo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
Secretaria	Unidade	Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
02 – Secretaria de Administração	020201 – Secretaria de Administração	2.008 – Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	00 – Recursos Próprios

Buerarema – Ba, 23 de Dezembro de 2020


Manoel Cristiano Santos Ramos
Setor Contábil



A

Procuradoria Jurídica

O Prefeito Municipal de Buerarema/BA no uso de suas atribuições legais informa que após analisar o pedido da secretaria, considerando a necessidade de prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados, solicita para manifestar o DD Procurador sobre o referido processo nº. 254D/2020, opinando e emitindo seu parecer sobre o melhor procedimento a ser adotado nesta contratação solicitada.

Gabinete do Prefeito, 28 de Dezembro de 2020

Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira

Prefeito Municipal

Parecer

Proc. Administrativo: 254D/2020

Inexigibilidade de Licitação nº 002/2021

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INVABILIDADE COMPETIÇÃO - CONTRATAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS - ASSESSORIA OU CONSULTORIA - ARTIGO 25, II, DA LEI 8.666/93 - POSSIBILIDADE JURÍDICA

1. Considerações Preliminares.

De início, convém destacar que para efeito de análise foi encaminhado apenas uma minuta de Édito, intitulado de ATO FORMAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, motivo pelo qual o opinativo tratará dos demais termos da avença de forma genérica e abstrata. Esta consultoria presta parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

De fato, presume-se que as especificações técnicas, inclusive quanto ao detalhamento do objeto sob análise, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Ademais, entende-se que as manifestações desta Consultoria Jurídica são de natureza opinativa e, portanto, o gestor público pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa daquela emanada da consultoria jurídica. Ou seja, o presente opinativo, como simples orientação jurídica, não tem natureza vinculante e visa tão somente auxiliar a Administração Pública na tomada das decisões que atendam primordialmente o interesse público.

2. Relatório.

Com a finalidade de obter parecer jurídico sob a regularidade e possibilidade do enquadramento legal e contratação direta, Setor de Licitações da Prefeitura de Buerarema encaminha a Consultoria Jurídica ATO FORMAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 002/2021 cujo objeto da contratação consiste na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E DE ACESSORAMENTO JURÍDICO DE FORMA CONTINUADA, TÉCNICOS ESPECIALIZADOS**, cuja parte inicial descreve a dispensa da seguinte forma:

"O Prefeito Municipal de Buerarema, no uso da competência que lhe outorga o art.25, da lei federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no parecer da Comissão Permanente de Licitação e no Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica Municipal, vem formalizar a INEXIGIBILIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, para prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados. Prazo 12 (doze) meses. Totalizando R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), constantes do respectivo Processo de Inexigibilidade de Licitação 002/2021, devendo ser celebrado o contrato com a Empresa ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Av. Firmino Alves, nº 60, Salas 1.308 e 1.309, Edf. Módulo Center, Centro, Itabuna/Ba, CNPJ n. 06.697.594/0001-18. Publique-se no local de costume. Celebre-se o respectivo contrato, que será regido obedecendo às formalidades de direito público, na forma do art. 61 e 62 da lei 8.666/93".

3. Mérito.

De acordo com o que dispõe o art. 37, inciso XXI, da CF/88, a regra no serviço público é a contratação de obras, serviços, compras e alienações mediante

processo de licitação pública, “que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.” As exceções, por sua vez, segundo o referido artigo, deverão estar expressamente prevista em lei.

Nesse contexto está a Lei nº 8.666/93, a qual regulamenta o supracitado art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública. A regra geral é que haja licitação prévia para a celebração de contratos de obras, serviços, compras e alienações pela Administração Pública. Entretanto, existem hipóteses legais que são exceções à regra, regulamentadas pela Lei 8.666/93, em seus artigos 17, incisos I e II, 24 e 25, que são as situações de dispensa e de inexigibilidade de licitação, respectivamente.

É importante enfatizar que a contratação direta não possibilita à Administração Pública a adoção de critérios arbitrários para a sua realização, sem qualquer suporte legal. Tal como na licitação, a dispensa e a inexigibilidade prescindem da instauração de processo administrativo que possibilite o controle interno, judicial e social, contribuindo para a fiel aplicação de princípios basilares como o da Moralidade e o da Supremacia do Interesse Público.

No que se refere às hipóteses de contratação direta, a Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, na Obra intitulada “Direito Administrativo”, Ed. Atlas, São Paulo, 2014, esclarece que:

“na dispensa, há possibilidade de competição que justifique a licitação; de modo que a lei faculta a dispensa, que ficaria inserida na competência discricionária da Administração. Nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável”. (grifo nosso).

Neste contexto, a Lei nº 8.666/93, em seu art. 25, inciso II, autoriza a contratação direta de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização. Porém, não obstante ser permitida a contratação sem licitação, o Poder Público deverá, mesmo nesses casos, realizar um procedimento prévio (como mencionado acima), mediante o qual se atenda a determinadas formalidades necessárias para que fique demonstrado, de forma inequívoca, a inviabilidade de competição, a natureza singular do objeto e a notória especialização do sujeito.

“Art.25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...) **II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;**

(...).” (grifo aditado).

É bem verdade que o citado art. 13 da Lei de Licitações e Contratos prevê expressamente dentre os serviços técnicos cuja realização de licitação é inexigível as assessorias ou consultorias técnicas e os serviços de patrocínio e defesa de causas judiciais ou administrativas, vejamos:

“Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou

tributárias; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

(...).”

Nesse sentido, da análise sistemática do art. 25 c/c art. 13, vê-se que materialmente há possibilidade de se realizar o processo de licitação, porém, ainda que se ofereça a oportunidade a todos com o processo de licitação, a adoção do procedimento naquelas hipóteses, poderá representar um obstáculo ao atendimento satisfatório do interesse público, pois o estabelecimento de competição não representaria o melhor critério para a escolha da proposta mais vantajosa ao Poder Público, dada a singularidade da atividade, a notória especialização, a confiança e a inviabilização objetiva de competição.

No caso concreto, ou seja, contratação de serviços advocatícios, vê-se que é impossível aferir, mediante processo licitatório, o trabalho intelectual do Advogado, pois trata-se de prestação de serviços de natureza personalíssima e singular, mostrando-se patente a inviabilidade de competição.

Nesse sentido brilhantemente ensinou o eminente doutrinador Marçal Justen Filho, em “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, Ed. Dialética, 9ª ed. São Paulo, ano de 2002, página 289, assim se pronuncia:

“Considere-se, por exemplo, o caso de contratação de advogado de prestígio para defesa do Estado em processo judicial de grande relevo. A observância da isonomia não significa considerar todos os advogados inscritos na OAB em igualdade de condições e selecionar um deles por sorteio. (...). No exemplo só podem ser contratados os advogados com reputação profissional, experiência e conhecimentos compatíveis com a dimensão e complexidade da demanda. Não se produz licitação, dentre outros motivos, por ausência de viabilidade de julgamento objetivo. Logo, não se poderia reprovar a escolha fundada em critério de confiança pessoal do administrador. Ou seja, não é possível que o mesmo fundamento que conduz à inexigibilidade seja invocado como causa de invalidade da contratação direta. Logo, a Administração poderia escolher um advogado dentre aqueles que preenchessem

os requisitos de experiência, notório saber etc. Será decisão discricionária, o que não caracteriza ofensa ao princípio da isonomia.”

Contudo, sabemos que o mero enquadramento da atividade no referido artigo, por si só, não é suficiente para que a Administração Pública contrate diretamente sob a égide do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, sendo necessária a configuração no caso concreto do requisito de admissibilidade expressamente previsto no *caput* do art. 25, qual seja a **inviabilidade de competição, que, em tais situações, somente se perfaz, através da presença cumulativa de dois pressupostos: a singularidade do serviço e a notória especialização do contratado.**

Nesse sentido, o C.TCU editou a Súmula nº 252, nos seguintes termos:

“A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: **serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.**” (grifo aditado).

Segundo o TCM/BA em parecer de nº 02631-17, pode-se ser entendido como serviço de natureza singular todo aquele *cujo caráter incomum não rotineiro, particular, especial, excepcional, torne o objeto a ser contratado tão único e individual, distinto dos demais da sua espécie, que faça com que a sua satisfatória execução somente possa ser adjudicada a prestador dotado de conhecimentos diferenciados dos demais disponíveis no mercado.*

Nesse sentido, registra Ivan Barbosa Rigolin na obra *Comentando as Licitações Públicas – Séria Grandes Nomes – nº 1*. Rio de Janeiro, Temas e Ideias, 2001. p. 158:

“Com todo efeito, poucos serviços existem no mercado de trabalho que apresentem delineadas com maior nitidez as características de singularidade na execução que um patrocínio ou uma defesa judicial. Nada existe de mais individual, de mais variado de advogado para advogado, de execução mais diferenciada entre os diversos profissionais, nem de cunho mais personalístico entre eles que a elaboração de peça advocatícia, uma vez que cada profissional advoga, patrocinando ou defendendo, de um modo absolutamente único, inconfundível, inigualável e incomparável. Não existe e nem pode existir nem um só mínimo traço ou denominador em comum entre o trabalho advocatício de dois distintos profissionais, em face da natureza puramente intelectual, e eminentemente cultural, que caracteriza esse trabalho. Duas peças advocatícias por dois diferentes autores são tão similares entre si quanto dois romances de dois diferentes autores, dois quadros de diferentes pintores ou duas composições musicais de dois diversos compositores: absolutamente nada. E aí, na diversidade inimitável entre dois trabalhos, porque personalíssimos, reside a sua natureza singular. A execução personalíssima é a chave da definição ou do conceito de natureza singular de algum serviço. Trata-se, uma peça de advocacia, de obra de criação intelectual do início ao fim, que persegue e visa atingir o convencimento racional do juiz na defesa do interesse do cliente, e para isso inexistem, como jamais poderiam existir, regras predeterminadas de raciocínio, de pensamento, de orientação intelectual do trabalho, que por isso é individualíssimo e de execução personalíssima.”

Com efeito, a contratação de prestação de serviços de assessoria jurídica pela Administração, seja por meio de profissional pessoa física, ou mesmo

pessoa jurídica, como no caso em tela, reveste-se de singularidade na medida em que exige do profissional argúcia e desenvoltura em seu mister, para não levar à bancarrota a atividade desenvolvida pelo administrador público que, por tal motivo, deve depositar confiança especial naquele contratado.

Portanto, à luz de tudo o que foi esposado e tendo em vista o entendimento da própria doutrina, de forma majoritária, não há impossibilidade da contratação com fundamento no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, quando houver inviabilidade de competição.

Quanto a notória especialização, o §1º do art. 25 assim define:

“o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato”.

Nesse sentido, o requisito da notória especialização encontra-se configurado nos atributos que destacam um determinado particular em relação aos demais, referindo-se, portanto, à sua maior habilitação em executar o objeto singular do contrato. Salienta-se que este pressuposto poderá ser testificado mediante elementos objetivos e formais, como título de especialização, certificado de cursos, autoria de obras técnicas e o desenvolvimento eficaz de serviços semelhantes. Cumpre registrar, ainda, que a Administração não terá como atestar, com exatidão, a capacitação do contratado, porém isso não a autoriza a contratar diretamente sem se perquirir a qualificação do contratado, para que fique evidenciado, ao menos, que suas habilidades transcendem o conhecimento comum e que sejam adequadas para executar o objeto do contrato.

A veiculada jurisprudência do TCU, calcada no destacado voto do Ministro Carlos Átila Álvares da Silva, constante da Decisão-TCU nº 565/95, assim entende por notória especialização:

“Portanto, no meu entender, para fins de caracterizar a inviabilidade de competição e consequentemente a inexigibilidade de licitação, a notória especialização se manifesta mediante o pronunciamento do administrador sobre a adequação e suficiência da capacidade da empresa para atender ao seu caso concreto. Logo, num determinado setor de atividade, pode haver mais de uma empresa com ampla experiência na prestação de um serviço singular, e pode não obstante ocorrer que, em circunstâncias dadas, somente uma dentre elas tenha ‘notória especialização’: será aquela que o gestor considerar a mais adequada para prestar os serviços previstos no caso concreto do contrato específico que pretender celebrar. Ressalvadas sempre as hipóteses de interpretações flagrantemente abusivas, defendo assim tese de que se deve preservar margens flexíveis para que o gestor exerça esse poder discricionário que a lei lhe outorga” (grifo nosso)

Nesse sentido, está consolidada jurisprudência do Tribunal Superior de Justiça (STJ), vejamos:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.192.332 - RS (2010/0080667-3)
RELATOR: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : ÉLBIO DE MENDONÇA SENNA
ADVOGADO: JOSÉ ALEXANDRE BARBOZA JUNQUEIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART.17 DA LIA. ART. 295, V DO CPC. ART. 178 DO CC/16. AUSÊNCIA DE

PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ARTS. 13 E 25 DA LEI 8.666/93. REQUISITOS DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. SINGULARIDADE DO SERVIÇO. INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. DISCRICIONARIEDADE DO ADMINISTRADOR NA ESCOLHA DO MELHOR PROFISSIONAL, DESDE QUE PRESENTE O INTERESSE PÚBLICO E INOCORRENTE O DESVIO DE PODER, AFILHADISMO OU COMPADRIO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(...)

3. Depreende-se, da leitura dos arts. 13 e 25 da Lei 8.666/93 que, para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 13, com inexigibilidade de licitação, imprescindível a presença dos requisitos de natureza singular do serviço prestado, inviabilidade de competição e notória especialização.

4. É impossível aferir, mediante processo licitatório, o trabalho intelectual do Advogado, pois trata-se de prestação de serviços de natureza personalíssima e singular, mostrando-se patente a inviabilidade de competição.

5. A singularidade dos serviços prestados pelo Advogado consiste em seus conhecimentos individuais, estando ligada à sua capacitação profissional, sendo, dessa forma, inviável escolher o melhor profissional, para prestar serviço de natureza intelectual, por meio de licitação, pois tal mensuração não se funda em critérios objetivos (como o menor preço).

6. Diante da natureza intelectual e singular dos serviços de assessoria jurídica, fincados, principalmente, na relação de confiança, é lícito ao administrador, desde que movido pelo interesse público, utilizar da discricionariedade, que lhe foi conferida pela lei, para a escolha do melhor profissional.

7. Recurso Especial a que se dá provimento para julgar improcedentes os pedidos da inicial, em razão da inexistência de improbidade administrativa.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2013 (Data do Julgamento). NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. MINISTRO RELATOR

Destaca-se, contudo, que a contratação direta não exclui os pressupostos da licitação, sendo obrigatório que a administração justifique não apenas os motivos da ausência de licitação, mas indique os fundamentos da escolha de um determinado contratante para contratação direta em condições compatíveis com as praticadas no mercado, instaurando processo administrativo prévio, contendo além da referida justificativa os requisitos dispostos no parágrafo único, do art. 26, da Lei nº 8.666/93:

“Art. 26 (...)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”

A compatibilidade dos preços a serem praticados com os atuais valores de mercado deve ser aferido pelos diversos mecanismos acessíveis à Administração, tais como coleta de preços e pesquisa de mercado, tomando por base, inclusive, contratações anteriores e atuais da mesma natureza.

4. Conclusão.

Ressalta-se que essa Procuradoria atenta-se aos aspectos jurídicos do processo licitatório, cabendo à administração a responsabilidade pela definição do objeto, a justificação de sua necessidade, à compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e o quantitativo a ser licitado, de acordo com a sua necessidade.

Isto posto, concluímos que o objeto a ser licitado mostra-se compatível com a exceção prevista no artigo 25, II, da Lei 8.666/93 opinando pela possibilidade jurídica do pleito em questão, desde que cumpridas as providências de praxe e atendidos os seguintes apontamentos:

- 1) Seja verificada a regularidade da documentação do contratado quando da efetiva celebração do contrato.
- 2) Seja demonstrada a compatibilidade dos valores fixados no pedido com os valores praticados pelo mercado para serviços de mesma natureza.
- 3) Recomenda-se a numeração das páginas do processo administrativo.
- 4) Em cumprimento ao Princípio da publicidade, seja publicado na imprensa oficial do Município aviso contendo o resumo da dispensa e do contrato administrativo, como forma de garantia de eficácia do ato administrativo.
- 5) Seja o processo em tela submetido à análise da Controladoria Geral do Município – CGM a quem cabe, através de seus sistemas de controle interno examinar o processo sob os aspectos da publicidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade.

É o parecer, SMJ.

Buerarema, 29 de Dezembro de 2020

Nataja do Vale Santos

OAB/BA 27.046



A

Comissão de Licitação

O Prefeito Municipal de Buerarema/BA no uso de suas atribuições legais informa que após analisar o pedido da Secretaria de Administração e com base no parecer emitido pela Procuradoria Jurídica que define a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO como modalidade apropriada para contratação do objeto: prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados, autorizo a Comissão a proceder a abertura do procedimento Legal de licitação com base na legislação vigente apontado no parecer jurídico, oriundo do processo administrativo nº 254D/2020 e seus anexos.

Gabinete do Prefeito, 30 de Dezembro de 2020

Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira

Prefeito Municipal



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO



TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021, VINCULADO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 254D/2020

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Buerarema necessita proceder ao prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados, para manutenção das ações do Secretaria de Administração, peço que se firme contrato com respectiva empresa abaixo por apresentar proposta mais vantajosa, obedecendo às normas da Lei 8.666/93, conforme especificação da Secretaria solicitante do objeto;

CONSIDERANDO o Parecer emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura que recomendou por Inexigibilidade de Licitação;

CONSIDERANDO que a empresa atendeu as exigência de qualificação fiscal, trabalhista e jurídica;

CONSIDERANDO que há disponibilidade de recursos financeiros para arcar com os custos da contratação, conforme informação do contador deste Município.

CONSIDERANDO, que a relação do art. 197 com o inciso XXI do art 37, ambos da Constituição, é da perfeita harmonia. Os termos da lei descritos no art. 37 nos faz crer se trata do Poder Público local a competência. Referida competência se espalha pelas seguintes matérias: a) regulamentação; b) fiscalização; c) controle; d) execução do serviço, que poderá ser feita diretamente ou através de terceiros e também por pessoa física ou jurídica de direito privado.

CONSIDERANDO, duas certeza: a) a Finanças pública, como regra, deve contratar por meio de licitação; b) o Poder político local jamais se eximirá de prestar o serviço público a sua população. Ambos são princípios constitucionais expressos, portanto, princípios que devem ser obedecidos por todas as normas do Estado, inclusive pela Lei nº 8.666/93.

CONSIDERANDO, que os preços estão dentro do praticado no mercado, preenchem as condições e requisitos para atender ao objeto solicitado, cujo contrato deverá ser celebrado com observância das regras previstas da 8.666/93, lei precípua da contratações públicas, criou-se imediatamente o interesse coletivo primário visando o interesse social.



Com base no parecer jurídico que concluiu que, objetivando cumprir os princípios da legalidade, moralidade e publicidade, opinou pela Inexigibilidade por tratar-se de serviço/aquisição necessário ao atendimento das finalidades da Secretaria de Administração, por essas razões, a comissão cumpre o apontado no parecer Jurídico, usando art. 25, da Lei 8.666/93, para a contratação da empresa **ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES CNPJ nº 06.697.594/0001-18**, com um valor global de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais). Registre-se e Publique-se.

Buerarema – BA, 04 de Janeiro de 2021



Manoel Cristian Santos Ramos – Presidente



Patrícia Oliveira de Jesus - Membro



Elmo Silva Ferreira – Membro



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 002/2021

ATA/PARECER DA COMISSÃO



Ao Gabinete do Prefeito

ATA/PARECER DA COMISSÃO DO RESULTADO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

Reunião da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Buerarema-Ba, reunida com a finalidade específica de instrução de processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base nas Leis nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.993/94.

Com base no art. 25, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, solicitamos ao Exmº Sr. Prefeito o reconhecimento da situação de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, motivado pela necessidade apontada pela unidade solicitante, com base no Parecer da Procuradoria Jurídica Municipal, objetivando a prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados, para a contratação da empresa: **ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Av. Firmino Alves, nº 60, Salas 1.308 e 1.309, Edf. Módulo Center, Centro, Itabuna/Ba, CNPJ n. 06.697.594/0001-18, com um valor total de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais). Após análise profunda sobre a contratação em comento, ressaltando ter sido dada a devida importância ao fato de que o preço apresentado está condizente com preço de mercado, não havendo, portanto, superfaturamento. Deve, pois, após a devida homologação pelo chefe do Poder Executivo, do nosso parecer, proceder à devida publicação nos meios legais, para que surta os efeitos desejados.

Buerarema-Ba, 04 de Janeiro de 2021

Manoel Cristian Santos Ramos – Presidente

Patricia Oliveira de Jesus - Membro

Elmo Silva Ferreira – Membro

Exmº. Srº

Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira

D.D Prefeito Municipal de Buerarema



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 002/2021

DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA

CONTRATADA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES
CNPJ: 06.697.594/0001-18

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:33:12 do dia 24/10/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/04/2021.

Código de controle da certidão: **04F9.D705.B3A9.F7C7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VOLTAR

Imprimir

CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 06.697.594/0001-18**Razão Social:** A FERREIRA E ASSOCIADOS SC**Endereço:** R FIRMINO ALVES 60 EDF MODULO CENTER / CENTRO / ITABUNA / BA /
45600-185

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/12/2020 a 06/01/2021**Certificação Número:** 2020120803102912168252

Informação obtida em 12/12/2020 15:07:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20203747121

RAZÃO SOCIAL	
XX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	06.697.594/0001-18

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 12/12/2020, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA
FAZENDA MUNICIPAL – DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número da Certidão 1660300	Código Geral 0053560
--------------------------------------	--------------------------------

Código	Nome/Razão Social ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES		
C.N.P.J 06697594000118	Insc. Est.	C.P.F	R.G

Endereço AVENIDA FIRMINO ALVES, Nº: 60 -		
CENTRO	ITABUNA	BA

A Prefeitura Municipal de Itabuna - BA, conforme preceitua o Art. 273 da Lei Municipal nº 2.173 de 01/10/2010 - Código Tributário Municipal, certifica para os devidos fins que, **NÃO CONSTA DÉBITO** pertencentes ao contribuinte. E, para constar, foi extraída a presente certidão, cuja validade é de 90 (Noventa) dias contados a partir da data de sua emissão.

As certidões fornecidas não excluem o direito da Fazenda Municipal cobrar, quaisquer débitos que posteriormente venham a ser apurados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Itabuna na Internet, no endereço <http://www.itabuna.ba.gov.br/>

Emitida em 19/10/2020

Validade 90 dias

Chave de Validação: 20201660300

**Av. Princesa Isabel, Nº 678
São Caetano
CEP: 45.607.001 – Itabuna-Bahia**



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
BRASÍLIA - DF

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 06.697.594/0001-18
Certidão n°: 20488628/2020
Expedição: 20/08/2020, às 08:15:36
Validade: 15/02/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **06.697.594/0001-18**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Universidade Federal da Bahia

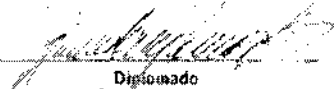
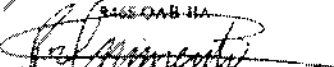



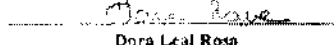
A Reitora da Universidade Federal da Bahia, no uso de suas atribuições e tendo presente o Relatório Final do Curso, em nível de Pós-graduação, aprovado pelo Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão em 5 de dezembro de 2011, outorga o

**Certificado de Curso de Especialização
em Direito Eleitoral e Municipal
a Álvaro Luiz Ferreira Santos**

brasileiro, natural da Bahia, nascido a 18 de julho de 1964,
filho de Agnaldo Ferreira dos Santos e Benildes Baltazar Santos.

Salvador, 1 de agosto de 2012


Diplomado
3465 OAB BA

Paulo Roberto Lyrio Pimenta
Coordenador do Curso


Edmar Moraes do Nascimento
Diretor da Secretaria Geral dos Cursos

Dora Leal Rosa
Reitora



FACULDADES INTEGRADAS IPITANGA - UNIBAHIA
FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES - FUNDACEM

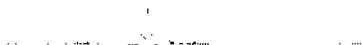
FUNDACEM




CERTIFICADO

Certificamos que **ALVARO LUIZ FERREIRA SANTOS** *concluiu o curso de* **EXTENSÃO em IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**, *promovido pelas* **Faculdades Integradas Ipitanga - UNIBAHIA e Fundação César Montes - FUNDACEM** *no período de agosto a novembro de 2013 com duração de 100 h.*

Salvador - Bahia, 02 de novembro de 2013.


Dilma Alencar de Carvalho
Diretora Acadêmica da UNIBAHIA


José César Montes
Coordenador Geral do Curso
Presidente da FUNDACEM



Universidade Católica do Salvador

Faculdade de Direito

O Reitor da Universidade Católica do Salvador,
no uso de suas atribuições, previstas em Lei, tendo presente o termo de colação de grau
em Direito, conferido em 16 de janeiro de 1968, a

Alvaro Luiz Ferreira Santos

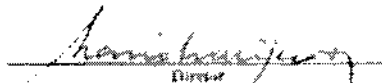
brasileiro, natural do Estado da Bahia, nascido a 18 de julho de 1964,
filho de Agnaldo Ferreira dos Santos e Benildes Baltazar Santos, RG 1.650.546 - BA,

mandou passar-lhe o presente diploma de

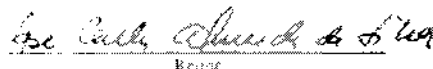
Bacharel em Direito,

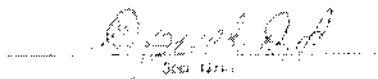
a fim de que possa gozar dos direitos e das prerrogativas concedidas pelas Leis da República.

Cidade do Salvador, 16 de janeiro de 1968


Diretor


Registramento


Reitor


0001 12711



Certificado de Conclusão

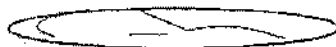
Certificamos que **PAULO CESAR BRANDAO ARGOLO**, CPF/NIF nº 186.152.285-15

completou com sucesso o **Curso de Gestão Pública**

documento registrado sob o n.º **716845**

Início **15/09/2017** Término **05/10/2017** Carga horária **80 horas**

Diretor



Fabio Neves de Sousa
Diretor Geral

PAULO CESAR BRANDAO ARGOLO

Conteúdo Programático: Curso de Gestão Pública

- Diferença entre gestão pública e gestão privada
- O Estado
- Organizações Públicas e Legislação
- Organização Pública, Privada e Terceiro Setor
- Administração Privada
- Equilíbrio entre Administração Pública e Privada
- Organização do terceiro setor
- Fundamentos da Gestão Pública para Excelência
- Visão de Futuro
- Controle Social
- Princípios Básicos da Administração Pública
- Organização Administrativa e Serviços Públicos
- Órgãos Públicos
- Lei de Responsabilidade Fiscal
- Licitações, Contratos e Convênios na Administração Pública
- Lei de Diretrizes Orçamentárias
- Gestão Financeira em Organizações Públicas
- Orçamento Público
- Receita Pública
- Despesa Pública
- Políticas Públicas – Sociais
- Modelos de Gestão Pública
- Ciclo Político
- O Planejamento Estratégico
- Gestão de Pessoas no Setor Público
- Gestão de Projetos e Eficiência no Setor Público
- A Gestão para Resultados no Setor Público
- Transparência e Accountability

104.978.939/0001-86

INSTITUTO POLITÉCNICO
DE ENSINO A DISTÂNCIA

Rua do Oratório, 2.430
CEP: 03195-000
São Paulo - SP

PAULO CESAR BRANDAO ARGOLLO foi aprovado com 79% de aproveitamento.

Este certificado tem validade para fins curriculares e em provas de títulos como um certificado de atualização, aperfeiçoamento ou extensão profissional. Não é um certificado de graduação e nem um certificado de habilitação técnico. Data de expedição: 16-10-2017, registro nº 716845, da folha 1 do livro 1.



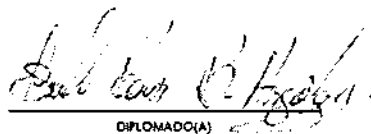
ESCOLA DE MAGISTRATURA DO TRABALHO - EMATRA

CERTIFICADO

Certificamos que PAULO CÉSAR BRANDÃO ARGÔLO
participou com aproveitamento do curso de PREPARAÇÃO À MAGISTRATURA DO TRABALHO
realizado no período de 13 de fevereiro/1995 a 26 de janeiro/1996
do ano de 1995

Duração de: 800 horas/aula

Salvador, 26 de janeiro de 1996



DIPLOMADO(A)



SECRETÁRIO(A)



DIRETOR(A)

Certificado de Conclusão

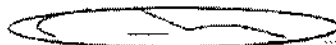
Certificamos que **PAULO CESAR BRANDAO ARGOLO**, CPF/NIF nº 186.152.285-15

completou com sucesso o **Curso de Faturamento**

documento registrado sob o n.º **716506**

Início **26/09/2017** Término **12/10/2017** Carga horária **80 horas**

Diretor



Fabio Neves de Sousa
Diretor Geral

PAULO CESAR BRANDAO ARGOLO

Conteúdo Programático: Curso de Faturamento

- Introdução: Faturamento e o Empreendedor
- Diferença entre Faturamento e Lucro
- Tipos de Sociedade e o Empreendedor
- A Rotina do Faturista
- Departamentos Relacionados ao Faturamento
- Principais Tarefas
- Conceito e Definição de Direito Tributário
- Tipos e Espécies de Tributos
- Definição de Impostos e Taxas
- Conceito e Fato Gerador do ICMS
- Contribuinte do ICMS
- Aliquota do ICMS
- Competência e Incidência
- Conceito de Industrialização
- Fato Gerador e Contribuinte do IPI
- Obrigatoriedade e Regras para Emissão de Notas Fiscais
- Regras para Emissão de Notas Fiscais
- Procedimentos para Emissão de Notas Fiscais
- Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTE
- Benefícios do CTE
- Obrigatoriedade de Emissão do CTE
- Nota Fiscal de Serviços e Imposto sobre Serviços - ISS
- Imunidade e não Incidência
- Isenção e Vencimento
- CST
- CFOP
- NCM
- NF: Devolução e Venda à Ordem
- NF: Venda para Entrega Futura
- Exportação e Importação
- NF: Remessa para Conserto e Empréstimo
- NF: Remessa para Industrialização e Armazém Geral
- NF: Amostra Grátis e Bonificação
- Cancelamento e Inutilização da NFe
- Documento Inábil, Inidôneo e Carta de Correção
- Emissão de NFe em Contingência
- Importância do Faturamento no Resultado da Empresa na NFe
- Margem de Contribuição, Lucro Operacional e Resultado Líquido
- Fluxo de Caixa

04.978.939/0001-86

INSTITUTO POLITÉCNICO
DE ENSINO A DISTÂNCIA

Rua do Graciano, 2.430
CEP: 03195-000
São Paulo - SP

PAULO CESAR BRANDAO ARGOLO foi aprovado com 85% de aproveitamento.

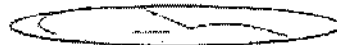
Este certificado tem validade para fins curriculares e em provas de títulos como um certificado de atualização, aperfeiçoamento ou extensão profissional. Não é um certificado de graduação e nem um certificado de habilitação técnico. Data de expedição: 14-10-2017, registro nº 716506, da folha 1 do livro 1.

Certificado de Conclusão

Certificamos que **PAULO CESAR BRANDAO ARGOLO**, CPF/NIF nº 186.152.285-15
completou com sucesso o **Curso de Auditoria Contábil**
documento registrado sob o n.º **716507**

Início **26/09/2017** Término **07/10/2017** Carga horária **80 horas**

Diretor



Fabio Neves de Sousa
Diretor Geral

PAULO CESAR BRANDAO ARGOLO

Conteúdo Programático: Curso de Auditoria Contábil

- Perfil e Qualidades do Auditor
- Procedimentos Gerais de Auditoria
- Metodologias de Auditoria
- Auditor & Auditado
- Metodologia de Processo de Auditoria Contábil
- A finalidade da auditoria
- Classificação da Auditoria
- Termologias de Auditoria
- Normas de Auditoria
- Evidência em Auditoria
- Riscos de Auditoria
- Auditoria baseada em riscos
- Aspectos da metodologia da auditoria independente
- Plano de Trabalho- Roteiro de Procedimentos
- Artigo- Fraudes nas empresas
- Estratégia de Auditoria
- Riscos de Auditoria e Materialidade
- Risco de Negócio
- Qualidade na Auditoria
- Amostragem
- Processamento eletrônico de dados
- Estimativas Contábeis
- Responsabilidade da Administração
- Parecer do Auditor

104.978.939/0001-86

INSTITUTO POLITÉCNICO
DE ENSINO A DISTÂNCIA

Rua do Grapiteiro, 2.930
CEP: 03195-000
São Paulo - SP

PAULO CESAR BRANDAO ARGOLÓ foi aprovado com 95% de aproveitamento.

Este certificado tem validade para fins curriculares e em provas de títulos como um certificado de atualização, aperfeiçoamento ou extensão profissional. Não é um certificado de graduação e nem um certificado de habilitação técnico. Data de expedição: 14-10-2017, registro nº 716507, da folha 1 do livro 1.

UESC

Universidade Estadual de Santa Cruz

A Reitora da Universidade Estadual de Santa Cruz, tendo em vista a conclusão do Curso de Especialização em Direito Processual Civil realizado no período de 2/94 a 2/98, por Carga Horária de 420 horas, por **Paulo Cesar Brandão Augusto**, empenho do presente Certificado, conferindo-lhe os respectivos direitos e prerrogativas legais.

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade, 24 de agosto de 1998

IN ALTUM

Reitora

Pró-Reitora de Pesquisa
e Pós-Graduação

Coordenador do Curso

ÁLVARO FERREIRA

Álvaro Luiz Ferreira Santos

Advogado Publicista

Contato

Avenida Firmino Alves, nº 60,
Edifício Modulo Center, salas
1308/1309, Centro, Itabuna BA.
CEP 45.600-185
Telefone: 73 3613-8528
alvaro@aferreira.adv.br

GRADUAÇÃO

Graduado em Direito pela Universidade Católica do Salvador, Turma de 1987.

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-graduado no Curso de Especialização em Direito Municipal e Direito Eleitoral pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

CURSO RELEVANTE

Curso de Extensão em Improbidade Administrativa, Crimes Contra a Administração Pública e Ações Penais – Meta 18 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – Com carga horária de 100 horas, realizado pelas Faculdades Integradas Ipitanga – UNIBAHIA. Coordenado pelo Ministro STJ José Augusto Delgado.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Sócio Majoritário na Sociedade AF Advogados e Consultores. Escritório especializado em Administração Pública; Proteção Preventiva e Defesa Judicial de Gestores Públicos.

CARGOS OCUPADOS

- Procurador Jurídico do Município de Santa Luzia – 1997 / 2000.
- Subprocurador-Geral do Município de Ilhéus – 2001 / 2004.
- Procurador-Geral do Município de Itabuna – 2005 / 2008.

EXPERIÊNCIA

- Assessor Jurídico da Associação do Municípios do Sul e Sudoeste da Bahia – AMURC (2005).
- Advocacia, Consultoria e Assessoria Jurídica dos seguintes Entes Públicos:
 - Câmara Municipal de Itapebi (1993 / 1994);
 - Câmara Municipal de Itajuípe (2001 – 2002);
 - Câmara Municipal de Santa Luzia (2017 / 2020);
 - Município Santa Luzia (2005 – 2012);
 - Município de São José da Vitória (1993 – 1996 / 2005 - 2012);
 - Município de Itapé (1989 – 2000 / 2005 – 2008 / 2013 – 2020);
 - Município de Itajú do Colônia (1993 – 1996)
 - Município de Jussari (1993 – 1996 / 2009 – 2012);
 - Município de Buerarema (2005 – 2008 / 2017 – 2020);
 - Município de Itajuípe (1997 – 2000 / 2007 – 2012);
 - Município de Taperoá (2001 – 2004);
 - Município de Itapitanga (2007 – 2012);
 - Município de Coaraci (2007 – 2016);
 - Município de Almadina (2008 – 2012);
 - Município de Itororó (2009 – 2012);
 - Município de Santa Cruz da Vitória (2009 – 2016);
 - Município de Firmino Alves (2013 – 2016);
 - Município de Barro Preto (2008 – 2011);

- Município de Ibicaraí (2015 – 2016);
- Município de Jequié (2012);
- Município de Gandu (2007 – 2008);
- Município de Pau Brasil (2013 – 2016);
- Município de Central (2007);
- Município de Uruçuca (2017 – 2020);
- Município de Barra do Rocha (2017 – 2020);

Álvaro Ferreira
OAB Ba 9.465

PAULO CESAR B. ARGOLO

Av. Firmino Alves, n. 60, EDF. Modulo Center, Sala n.1308/ 9 , Centro , Itabuna-Bahia.
CEP: 45.605-420 - Telefones: (73)3613.8528 e 99957.0011 e 3613.0920
E-mail: pcargolo2007@hotmail.com

Formação

Pós-Graduação em Direito Processual Civil (**UESC –BA**) – Curso de especialização em Direito Processual Civil, formação: período de **02/1994** a **02/1996**;

Pós-Graduação - Curso de Preparação na Escola de Magistratura do Trabalho – **TRT-5, EMATRA-** Bahia, Formação : período de **13/02/1995** a **26/01/1996**;

- ▶ Bacharel em Direito – formação em 11 de agosto de **1990**;
Universidade **FESPI/ UESC** - colação de grau em 11 de agosto de **1990**
Advogado atualmente inscrito na OAB/BA sob n° 64.138 (inscrição anterior n. 10.834)

Curso Técnico em Contabilidade, Centro Educacional Alvaro Melo Vieira – **CEAMEV** (Estadual), em Ilhéus –Ba, formação em **27-12-1980**;

Experiências profissionais:

- ▶ **PREFEITO**, por dois mandatos consecutivos, no município de Cravolândia -Bahia
▶ de **01-01-2005** a **31-12-2012**;
- ▶ **Vice-Prefeito** por dois mandatos consecutivos, no município de Cravolândia -Ba
▶ de **01-01-1997** a **31-12-2004**;
- ▶ **Diretor Jurídico** da **CNPC** – Central Nacional dos Produtores de Cacau, com sede nacional em Itabuna, no período de 2000 a 2004;
- ▶ Assessor e consultor jurídico da **UVPB – União dos Vice-Prefeitos da Bahia**, sendo consultor e assessor jurídico em sua criação, na administração do fundador Sr Alberto Tripodi, no período de **2001/2002**, sendo **interlocutor** junto ao Senado (Presidente/Senador Tamez Tebet) em promoção de alteração legislativa atendendo reivindicações da UVPB;
- ▶ Presidente do Sindicato Patronal dos Produtores Rurais do município de Cravolândia, período de 1996 -2000;
- ▶ Servidor público da **SEFAZ / Bahia**, A.T.E. (aposentado);
- ▶ **Participação em diversos seminários e cursos de curta duração**, promovidos pela **UPB- União dos Prefeitos da Bahia**;
- ▶ **Participação em diversos Cursos de curta duração sobre Legislação tributária** promovidos pela **Secretaria da Fazenda Estadual (Ba)**, sobre a **legislação Tributária estadual e federal**;
- ▶ Ex-assessor e consultor jurídico de Municípios na Bahia;



Federação das Escolas Superiores
de Ilhéus e Itabuna
-FESPI-



O Diretor Geral da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Direito
em 11 de agosto de 1990 confere o título de

Bacharel em Direito a

Paulo Cesar Brandão Argôlo

brasileiro, natural do Estado da Bahia nascido a 13 de julho de 1962,
filho de Paulo de Argôlo e Adélice Brandão de Argôlo

*e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e
prerrogativas legais*

Ilhéus, (Ba), 16 de agosto de 1990


Ernesto Carlos Renan Silva
Diretor da Secretaria Geral


PROP. ALTAMIRANDO DE CERQUEIRA MARQUES
Diretor Geral

Diplomado

RG. 2.307.963 SSP Ba

CURSO DE DIREITO
Reconhecido pelo Decreto Federal nº. 59.570 de 17-11-66
publicado no Diário Oficial da União em 24-11-66

174
520
21 12 90
J. B. Silva Jr.

Handwritten signature

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE DIREITO
Matrícula nº. 06.12.90
Data de emissão: 04-11-90
Emissão de cópia: 04-11-90
Data de: 06 de Dezembro de 1990
José Roberto da Costa Vargens
Reitor

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção da F. P. 1
Registro nº. 174
Em 21 de Dezembro de 1990
Handwritten signature
Direção ADMINISTRATIVA

...então a presente fotocópia, por estar conforme
o original, que me foi apresentado.
Carta nº _____ de _____ de _____



...nase de Notas e Papeis de
...Comarca de Santa Inês
...Circulo de
...Ofício
...LE986757

...Criminais do Ceará Oeste
...Tribunal de Justiça

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

A Presidente da 45ª Junta Eleitoral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das Eleições de 3 de outubro de 2004, no município de Aracatuí - Bahia, expede o diploma de

Prefeito

Paulo Cesar Brandão Argolo

eleito pela Coligação Com o Povo Bra-Venar de Novo (PL/PSC/PR) com 1.920 votos, do total de 3.577 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

Santa Inês, 18 de dezembro de 2004.

Junta Presidente

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DA BAHIA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: **9483**

ALVARO LUIZ FERREIRA SANTOS

AGNELDO FERREIRA DOS SANTOS
DEILDES BALTAZAR SANTOS

NACIONALIDADE: **CAMACAN-BA** DATA DE NASCIMENTO: **18-07-1984**

RG: **1680546 - SSP-BA** CPF: **294.900.825-68**

REGIÃO DE PRÁTICA: **TECIDEI** VISA: **EXPERIÊNCIA** DT: **11/08/2015**


Julio César Oliveira
 PRESIDENTE

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 00396500

GAB

2015.04.001

Alvaro Luiz Ferreira Santos





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

A Presidente da 1ª Junta Eleitoral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das Eleições de 5 de outubro de 2008, no município de Itacaré, expede o diploma de

Prefeito

a

Paulo César Brandão Araújo

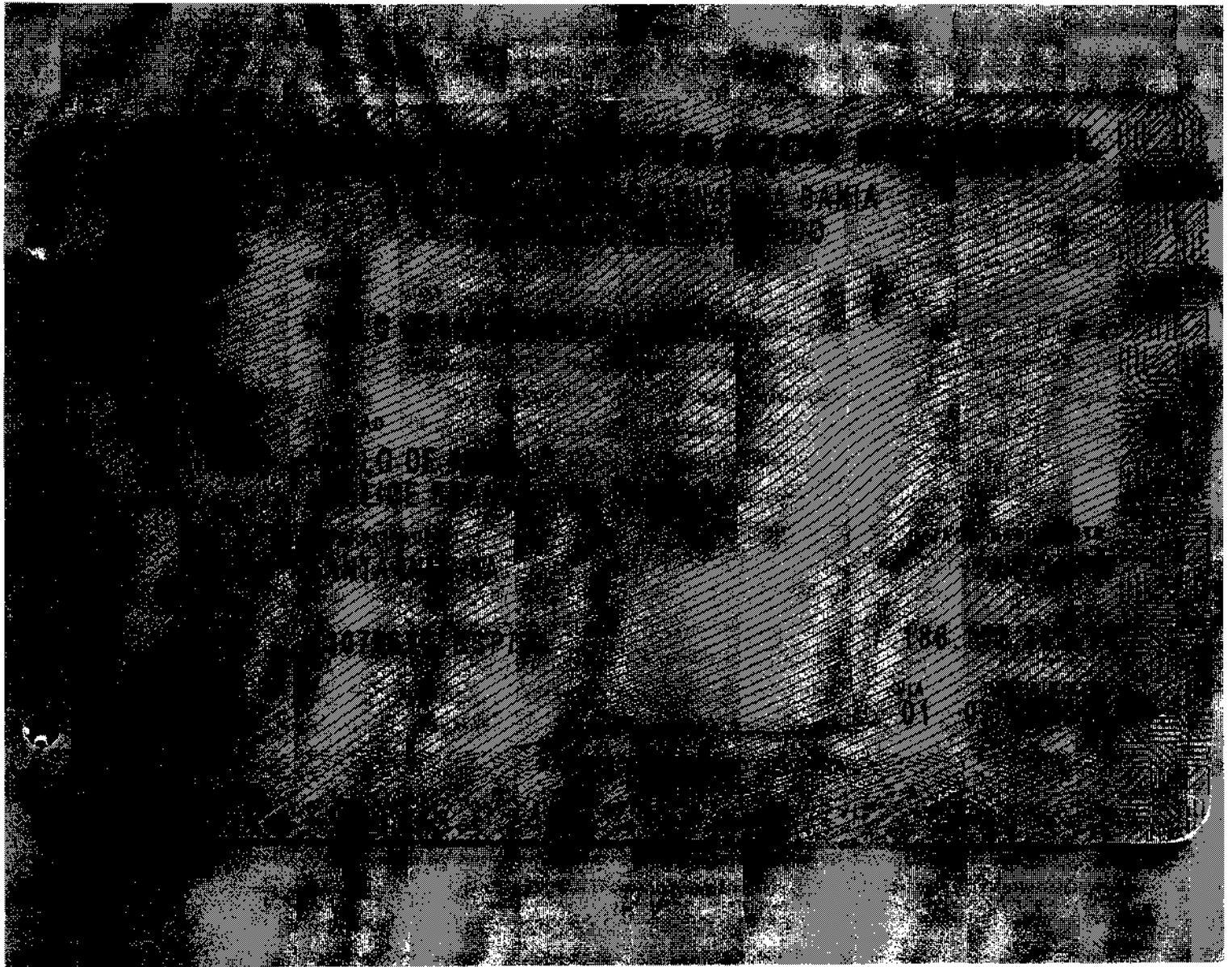
eleito pelo Colégio Eleitoral Comunidade São João Tendes Meis, com 2.214 votos preferenciais, do total de 2.243 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

Santa Inês, 15 de Novembro de 2008.

Luiz Fabiano Leite Barbosa

Presidente da 1ª Junta Eleitoral







**ADJUDICAÇÃO DO OBJETO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021**

O Prefeito Municipal de Buerarema – Bahia, através da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades da Lei nº 8.666/93, ante a Licitação na Modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 002/2021 - prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados e atentando ao julgamento da Comissão Licitação, **ADJUDICA** o objeto deste processo licitatório para a empresa: **ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES CNPJ nº 06.697.594/0001-18**, com um valor global de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais). Vigência 31/12/2021.

Valor global do Objeto Adjudicado é de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).

Buerarema - BA, 04 de Janeiro de 2021

Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira
Prefeito Municipal



RATIFICAÇÃO DO ATO FORMAL INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

O Prefeito Municipal de Buerarema, no uso da competência que lhe outorga o art. 25, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no parecer da Comissão Permanente de Licitação e no Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica Municipal, vem formalizar a RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, para a contratação direta com a Empresa **ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Av. Firmino Alves, nº 60, Salas 1.308 e 1.309, Edf. Módulo Center, Centro, Itabuna/Ba, CNPJ n. 06.697.594/0001-18.

Objeto: Prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados.

A Comissão Permanente de Licitação, através de seu Presidente, deverá tomar as medidas cabíveis, tendo em vista o valor total de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).

Publique-se no local de costume. Celebre-se o respectivo contrato, que será regido obedecendo às formalidades de direito público, na forma do art. 61 e 62 da lei 8.666/93, cuja minuta foi aprovada pela Procuradoria Jurídica.

Buerarema - BA, 04 de Janeiro de 2021.

Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira
Prefeito Municipal



HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

O Prefeito Municipal de Buerarema – Bahia, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades das Leis nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.993/94, ante a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 002/2021 – Objeto: prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados, tendo como melhor proposta de preços da empresa: **ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES CNPJ nº 06.697.594/0001-18**, com um valor global de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), **HOMOLOGO** o processo de licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na data de 04 de Janeiro de 2021.

A Comissão Permanente de Licitação, através de seu Presidente, deverá tomar as medidas cabíveis, tendo em vista o Valor Global do serviço de: R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).

Buerarema - BA, 04 de Janeiro de 2021.

Vinicius Ibram Dantas Andrade Oliveira

Prefeito Municipal



À

Procuradoria Jurídica

Encaminhe-se à Procuradoria Jurídica para a elaboração do instrumento contratual, conforme os termos do parecer da Comissão Permanente de Licitação contido nestes autos, convocando-se o licitante para assinatura do instrumento.

Gabinete do Prefeito, 04 de Janeiro de 2021

Atenciosamente,

Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira
Prefeito Municipal



BUERAREMA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 002/2021

CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 006/2021

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE ASSESSORIA JURIDICA FIRMADO
ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE
BUERAREMA E ALVARO FERREIRA
ADVOGADOS E CONSULTORES,
MEDIANTE OS TERMOS E CONDIÇÕES
SUBSCRITAS.**

O **MUNICÍPIO DE BUERAREMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.721.188/0001-09, com sede junto à Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Góes Calmon, 591, Centro, Buerarema/BA, representado neste ato pelo seu representante o Prefeito Municipal, Sr. Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira, portador da Cédula de identidade nº 0953982289, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF nº 017.999.825-05, residente e domiciliado em Buerarema/BA na Rua 9, nº 390, Loteamento Jardim Pouso Feliz, CEP: 45.615-000, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a banca de advocacia **ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.697.594/0001-18, estabelecida na Av. Firmino Alves, nº 60, Salas 1.308 e 1.309, Edf. Módulo Center, Centro, Itabuna/Ba, neste ato representada através de seu Contrato Social pelo Sr. Álvaro Luiz Ferreira Santos, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 9.465, residente e domiciliado na Rua N, Quadra Q, nº 75, Apt. 301, Bairro Castália, Itabuna-Ba, CEP: 45.605-535, denominado **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente contrato em conformidade com a autorização constante no **Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2021**, fundamentado na Lei Federal 8.666/93 e as alterações da das Leis 8.883/94, mediante os termos e condições a seguir expedidos:

Cláusula Primeira – Do Objeto

A **Contratada**, através do seu quadro de advogados compromete-se, nos termos e cláusula deste instrumento particular, a prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados.

Cláusula Segunda – Regime de Execução

Os serviços ora contratados serão executados pelo contratado, de acordo com este contrato, para todos os fins de direito.



Cláusula Terceira – Do Preço e das Condições de Pagamento

Em remuneração aos serviços profissionais mencionados, o Contratante pagará à Contratada, a títulos honorários, a importância de **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)** por mês, resultando no valor global por exercício de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), caso não haja rescisão antes de seu termo final. O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal / Fatura de prestação de serviços, pela Tesouraria a favor da Contratada;

Parágrafo Primeiro - O pagamento, de que trata o caput desta cláusula, será feito até o décimo dia útil após o dia 30 de cada mês, mediante apresentação de nota fiscal/fatura de prestação de serviços.

Parágrafo Segundo – O pagamento está condicionado à apresentação do faturamento relativo ao mês da prestação de serviços, cópia autenticada da folha de pagamento e comprovante de recolhimento dos encargos vinculados à nota fiscal /fatura.

Parágrafo Terceiro - Sobre o valor referido na presente cláusula, será deduzido:

- a) Todos os tributos, compreendendo impostos, contribuições incidentes sobre o valor que for faturado, ou seja, sobre o valor bruto referido na letra “a” deste parágrafo, entre os quais, PIS, COFINS, ISS, ICMS, Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido,
- b) Contribuição Previdenciária e outros que incidam e/ou venham a incidir sobre a receita bruta em questão; à exceção das Contratadas que forem que sejam optantes do SIMPLES, que deverão anexar a opção ao Contrato.
- c) Todas as demais despesas que a **CONTRATANTE** vier a suportar por ter efetuado o faturamento em seu nome, ou cuja quitação caiba ao prestador de serviços.

Parágrafo Quarto - Pelos serviços enumerados nos itens acima, esclarece-se que as despesas serão computadas da seguinte forma: 60% dos serviços serão computados em pessoal e 40% serão computados em insumos, no intuito de não ser contabilizado todo o valor dentro do limite estipulado no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cláusula Quarta – Do Reajuste

Fica vedado o reajuste de preços, antes de 01 (um) ano da assinatura do Contrato



Cláusula Quinta - Do Prazo

O presente contrato se estenderá pelo prazo inicial de um ano, com prorrogação automática por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 48 (QUARENTA E OITO) meses - nos termos do que estabelece o art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Cláusula Sexta - Dos Recursos Orçamentários

As despesas resultantes do presente contrato correrão por conta dos recursos constantes da dotação orçamentária a seguir discriminada:

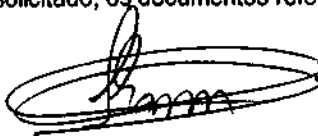
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
Secretaria	Unidade	Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
02 - Secretaria de Administração	020201 - Secretaria de Administração	2.008 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	00 - Recursos Próprios

Cláusula Sétima - Do Preposto da Contratada

- a) Para fins operacionais, a Contratada deverá indicar preposto, aceito pela Contratante, para representá-lo na execução do contrato.
- b) Os atos do preposto vincularão a Contratada.

Cláusula Oitava - Das Obrigações da Contratada

- a) executar os serviços na forma definida na cláusula segunda;
- b) enviar, sempre que solicitado, relatório dos serviços executados;
- c) enviar periodicamente, sempre que solicitado, os documentos referentes à regularidade fiscal;



d) manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação para o exercício das atividades de advocacia e consultoria jurídica, nos termos exigidos pela 8.666/93 e 8.906/94.

Cláusula Nona – Das Obrigações da Contratante

- I – Colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada;
- II – Notificar, por escrito, a CONTRATADA, da eventual aplicação de multas previstas neste contrato;
- III – Efetuar, no prazo estabelecido neste contrato os pagamentos da fatura apresentada pela CONTRATADA com base nos serviços executados e medidos pela fiscalização.
- IV - Proceder ao pagamento dos honorários na forma como pactuada;
- V - Enviar ao escritório da Contratada todas as notificações, intimações e demais comunicações judiciais que receber, referentes aos processos judiciais;
- VI - Enviar representante ou preposto para as audiências em que se fizer necessário a presença.

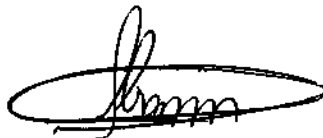
Cláusula Décima

O contratado não poderá transferir este contrato a terceiros, no todo ou em parte sem expressa anuência do contratante.

Cláusula Décima Primeira - Das Penalidades

Pelo descumprimento das obrigações assumidas ou qualquer outra irregularidade a Contratante poderá aplicar à Contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 e as alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro – Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, sem prejuízo da rescisão do contrato e da cominação das demais penalidades previstas na lei.



Cláusula Décima Segunda - Da Rescisão e Denúncia do Contrato

A falta de cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a incidência de comportamento descrito no art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores, dará direito à Contratante de rescindir, unilateralmente, o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicáveis, ainda, os arts. 79 e 80 da mesma lei, em sendo inadimplente a Contratada.

Parágrafo Primeiro - O Contratante, também, poderá rescindir o contrato antecipadamente, a qualquer tempo, independentemente de qualquer ato de comunicação por escrito, sempre que o interesse público reclame tal medida; na hipótese de descumprimento por parte da Contratada de qualquer cláusula deste Contrato.

Cláusula Décima Terceira – Da Extinção

Considerar-se-á extinto o contrato quando da implementação de seu termo, isto é, quando vencido o prazo estatuído na cláusula 5ª *ut supra*. E excepcionalmente nas hipóteses previstas no art. 79 da Lei 8.666/93.

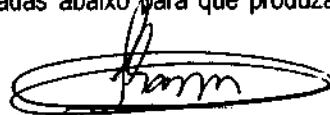
Cláusula Décima Quarta – Da Legislação Aplicável à Espécie

Aplicar-se-á à presente relação a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores e a legislação correlata, cabendo ao Contratante, decidir sobre casos omissos, respeitadas o objetos deste Contrato, a legislação pertinente e demais normas reguladoras da matéria, aplicando, supletivamente, quando assim ensejar, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

Cláusula Décima Quinta – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Buerarema-BA, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda deste contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as Partes.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas arroladas abaixo para que produza todos os seus legais e jurídicos efeitos colimados.



Buerarema - BA, 04 de Janeiro de 2021



Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira
Prefeito
Contratante



Alvaro Luiz Ferreira Santos
Alvaro Ferreira Advogados e Consultores
Contratada

TESTEMUNHAS:



CPF: 022.765.715-27



CPF: 065.26.003.524



Ao

Setor de Contabilidade

Autorizo a Divisão de Contabilidade empenhar o referido processo do objeto: prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados, para a contratação da empresa **ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES CNPJ nº 06.697.594/0001-18**, com um valor global de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) e posterior quitação.

Gabinete do Prefeito, 04 de Janeiro de 2021

Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira

Prefeito Municipal



Ao Gabinete do Prefeito

Conforme solicitado, informamos que o referido processo do objeto: prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados, firmado com a empresa **ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES CNPJ nº 06.697.594/0001-18**, com um valor global de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), foi devidamente empenhado.

Divisão de Contabilidade, 04 de Janeiro de 2021


Manoel Cristian Santos Ramos
Setor Contábil



BUERAREMA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 002/2021

PUBLICAÇÕES

FINAIS



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Buerarema

segunda-feira, 18 de janeiro de 2021

Ano IX - Edição nº 00872 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Buerarema publica



**Imprensa oficial Favorece a
Gestão Transparente**

Avenida Goes Calmon | 591 | Centro | Buerarema-Ba

buerarema.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
215FD891FF88ED56952E7B847D1752F4

Prefeitura Municipal de Buerarema

SUMÁRIO

- AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 001/2021
- ATO FORMAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 001/2021.
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2021.
HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2021.
- ATO FORMAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021.
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021.
HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021.
- DECRETO Nº 59/2021, DE 15 DE JANEIRO DE 2021. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO DE COORDENAÇÃO ODONTOLÓGICA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Prefeitura Municipal de Buerarema

Inexigibilidade



ATO FORMAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 002/2021

O Prefeito Municipal de Buerarema, no uso da competência que lhe outorga o art. 25, da lei federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no parecer da Comissão Permanente de Licitação e no Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica Municipal, vem formalizar a INEXIGIBILIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, para prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados. Prazo 12 (doze) meses. Totalizando R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), constantes do respectivo Processo de Inexigibilidade de Licitação 002/2021, devendo ser celebrado o contrato com a Empresa **ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Av. Firmino Alves, nº 60, Salas 1.308 e 1.309, Edf. Módulo Center, Centro, Itabuna/Ba, CNPJ n. 06.697.594/0001-18. Publique-se no local de costume. Celebre-se o respectivo contrato, que será regido obedecendo às formalidades de direito público, na forma do art. 61 e 62 da lei 8.666/93, cuja minuta foi aprovada pela Procuradoria Jurídica.

Gabinete do Prefeito, 04 de Janeiro de 2021

Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira
Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

A Prefeitura Municipal de Buerarema – Bahia, com a base no art. 25, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, torna público a Adjudicação do Objeto da Inexigibilidade de Licitação nº 002/2021 – para prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados, para a empresa **ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Av. Firmino Alves, nº 60, Salas 1.308 e 1.309, Edf. Módulo Center, Centro, Itabuna/Ba, CNPJ n. 06.697.594/0001-18. Valor global R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais). Adjudicado o objeto no dia 04 de Janeiro de 2021. Buerarema, Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira - Prefeito Municipal.

Avenida Goes Calmon, 591, Centro, CEP: 45.615-000
Buerarema - Ba. • CNPJ: 13.721.188/0001-09

Avenida Goes Calmon | 591 | Centro | Buerarema-Ba
buerarema.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
6386F79ED4C83927267914DB71B4DA43

Prefeitura Municipal de Buerarema



HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

A Prefeitura Municipal de Buerarema – Bahia, com a base no art. 25. da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, torna público a Homologação da Inexigibilidade de Licitação nº 002/2021 – cujo objeto é a prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados, contratando a empresa **ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Av. Firmino Alves, nº 60, Salas 1.308 e 1.309, Edf. Módulo Center, Centro, Itabuna/Ba, CNPJ n. 06.697.594/0001-18. Valor global R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais). A Prefeitura Municipal de Buerarema, HOMOLOGA o referido processo de inexigibilidade em 04/01/2021. Buerarema, Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira – Prefeito Municipal.

*Avenida Goes Calmon, 591, Centro CEP: 45.615-000
Buerarema -Ba. • CNPJ: 13.721.188/0001-09*

Avenida Goes Calmon | 591 | Centro | Buerarema-Ba

buerarema.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
6386F79ED4C83927287914DB71B4DA43

Prefeitura Municipal de Buerarema



EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2021 VINCULADO A INEXIGIBILIDADE Nº 002/2021

CONTRATANTE – PREFEITURA MUNICIPAL DE BUERAREMA – **CONTRATADO** – ALVARO FERREIRA ADVOGADOS E CONSULTORES CNPJ n. 06.697.594/0001-18 – OBJETO: prestação de serviços advocatícios e de assessoramento jurídico de forma continuada, técnicos especializados; Data do Contrato 04/01/2021; Prazo: 12 (doze) meses; Valor do Contrato R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais). Certifico para fins de prova, a quem de direito, conforme determinação legal foi devidamente divulgado com publicação no mural da Prefeitura por 5 (cinco) dias úteis. Buerarema, 04 de Janeiro de 2021 – Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira – Prefeito Municipal

Avenida Goes Calmon, 591, Centro CEP 45.615-000
Buerarema - Ba. • CNPJ: 13.721.188/0001-09

Avenida Goes Calmon | 591 | Centro | Buerarema-Ba

buerarema.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
6386F79ED4C839272879140B71B4DA43